



## Vozes do comando: da missão ao compromisso de diretores de escolas privadas com as bibliotecas

*Voices of command: from the mission to the commitment of private school directors to libraries*

Ana Cleide Souza Maciel 

Graduada em Biblioteconomia  
Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
[anna\\_cleide@hotmail.com](mailto:anna_cleide@hotmail.com)

Ediane Toscano Galdino de Carvalho 

Doutora em Ciência da Informação  
Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
[edianetgc@gmail.com](mailto:edianetgc@gmail.com)

### Resumo

A pesquisa objetiva identificar a visão dos diretores de escolas da rede privada da cidade de João Pessoa, PB em relação as bibliotecas escolares que estão sob sua responsabilidade. Essa perspectiva surge da necessidade de entender a relação entre escola e biblioteca a partir de uma temática pouco explorada que advém dos diretores de escolas. A investigação desenvolve uma metodologia baseada na pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa e como instrumento de coleta de dados o questionário misto. Contribuíram para a coleta de dados oito diretores das maiores escolas privadas da cidade de João Pessoa/Paraíba que dispõem de bibliotecas e bibliotecários. Como resultado, identificamos que os referidos gestores reconhecem a magnitude da Biblioteca Escolar no processo de educação, embora ainda exista insuficiência de ações efetivas que integrem a biblioteca como espaço inerente ao universo escolar.

**Palavras-chave:** biblioteca escolar privada; diretores de escolas privadas; bibliotecas escolares de João Pessoa.

### Abstract

*The research aims to identify the views of private school directors in the city of João Pessoa, PB in relation to the school libraries that are under their responsibility. This perspective arises from the need to understand the relationship between school and library based on a little explored theme that comes from school directors. The investigation develops a methodology based on exploratory and descriptive research, with a quantitative and qualitative approach and the mixed questionnaire as a data collection instrument. Eight directors of the largest private schools in the city of João Pessoa/Paraíba, which have libraries and librarians, contributed to data collection. As a result, we identified that the aforementioned managers recognize the magnitude of the school library in the education process, although there are still insufficient effective actions that integrate the library as a space inherent to the school universe.*

**Keywords:** private school library; private school directors; school libraries in João Pessoa.



doi: [10.28998/cirev.2024v11e16913](https://doi.org/10.28998/cirev.2024v11e16913)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 24/11/2023

Aceito em: 30/11/2024

Publicado em: 26/12/2024

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa se descortina a partir da temática Bibliotecas Escolares, reconhecida no domínio dos estudos teóricos como espaço intrínseco no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo na realização de atividades que agregam o planejamento pedagógico e outras atividades educacionais e culturais. As referidas unidades de informações estão inseridas em instituições de ensino públicas e privadas.

Historicamente é possível observar um aumento de escolas privadas em todos os níveis de ensino, sejam básico, fundamental e médio (creches, pré-escolas, ensino fundamental, médio, educação especial e de jovens e adultos). As políticas nacionais adotadas pelo poder público favorecem essa situação e permitem que a iniciativa privada substitua o próprio estado no que concerne as responsabilidades no ensino e aprendizagem. As escolas privadas firmaram sua presença na sociedade a partir da oferta de serviços que diferenciaram da escola pública devido a alguns fatores como: facilidade na realização de investimentos em toda estrutura organizacional; controle dos recursos financeiros; aquisição direta de equipamentos e materiais informacionais e contratação direta de pessoal. Essas características geram distinções entre as duas categorias tendo em vista que a escola privada não está atrelada aos processos licitatórios tais como ocorre em instituições públicas.

Porém, é histórica a existência de um tratamento insuficiente dos gestores de escolas em relação as bibliotecas escolares no que concerne a legitimação enquanto espaço inerente no processo de ensino e aprendizagem. É possível verificar a existência de legislações e instituições que regulamentam e apresentam diretrizes para a criação, implantação, implementação e desenvolvimento de ações nessas unidades de informações. Desse modo, podemos destacar a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, a Cultura (UNESCO).

No âmbito nacional temos a Lei 12.244/2010 de universalização das bibliotecas escolares que tem como um dos pilares o estabelecimento do prazo de dez anos para que todas as escolas do país contenham bibliotecas. Indica ainda, a responsabilidade dos sistemas de ensino em relação a todo processo de atuação das bibliotecas.

Em decorrência do não cumprimento da lei até o atual momento, em outubro de 2023 foi aprovada a sua alteração ao estender o prazo para 2028 a partir do Projeto de Lei nº 5656/2019. Com essa atualização, a temática bibliotecas escolares continua em pauta e ganha um novo fôlego na realização de novas pesquisas científicas.

É fato que a biblioteca escolar é parte integrante no processo educacional, nesse sentido, verificamos que Pereira et al (2021), considera que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora contemple diretrizes da IFLA, ainda é inexistente a necessidade de uma biblioteca nas escolas no processo de ensino e aprendizagem, merecendo um esforço no atendimento aos principais organismos internacionais, a exemplo da instituição internacional supracitada.

Conforme verificamos no processo histórico e social, sobretudo no âmbito nacional, grande parte dessas instituições apresentam acervos insuficientes para atender a demanda escolar, incluindo a ausência de recursos humanos habilitados, insuficiência de espaço físico para a quantidade de alunos, má localização diante das necessidades dos usuários entre outras situações. Essas circunstâncias apontam para a responsabilidade por parte dos gestores escolares que respondem por todo funcionamento estrutural como os espaços físicos, instrumentos técnicos, políticas pedagógicas, incentivo e motivação dos profissionais, dos alunos e outras atividades inerentes ao processo de gerenciamento.

Compreendemos que os diretores de escolas, em especial os que são responsáveis pela gestão de escolas privadas, são agentes incumbidos na implantação e implementação de bibliotecas sob sua responsabilidade, como também na busca por informações atualizadas que acrescentem aos seus conhecimentos sobre as referidas unidades de informações. A relevância social da Biblioteca Escolar de escolas privadas deve estar compatível com a credibilidade dada pelos gestores institucionais.

Diante desse fato, foi possível elaborar a seguinte questão norteadora da pesquisa: é possível conhecer a visão de Diretores de Escolas da rede privada de ensino sobre a magnitude da Biblioteca Escolar e, sobretudo das bibliotecas existentes em suas escolas? Para responder a esse questionamento temos como objetivo geral: identificar a visão dos diretores de escolas da rede privada da cidade de João Pessoa, PB em relação as bibliotecas escolares que estão sob sua responsabilidade. Faz-se necessária a criação de uma cultura consciente que agregue efetivamente a referida unidade de informação ao processo de ensino aprendizagem aliando os objetivos da escola para uma biblioteca de qualidade. Os gestores das escolas devem reconhecer a Biblioteca Escolar e suas legislações como parte integrante do processo educacional, garantindo investimentos e valorização do bibliotecário.

O interesse em abordar essa temática se fundamenta de experiências realizadas nas instituições, como também pela pertinência em poder colaborar com um conteúdo pouco estudado no âmbito da literatura científica, fato identificado durante as pesquisas nas fontes de informações online e impressas. Desse modo, também evidenciamos nessa pesquisa valor social ao permitir uma sensibilidade maior das Vozes de Comando das escolas.

Essa investigação é do tipo exploratória e descritiva com coleta de dados realizada a partir da Gerência Regional de Escolas do Município de João Pessoa/PB onde contempla a relação de todas as escolas privadas da cidade de João Pessoa. Aliamos também o questionário encaminhado aos diretores das escolas a partir dos endereços existentes na Gerência Regional de Escolas de João Pessoa. A análise foi elaborada a partir de dados quantitativos e qualitativos, permitindo apresentar conhecimentos reais e relacionar a teoria e a prática. Como conclusão foi verificado que os diretores embora reconheçam a magnitude da Biblioteca Escolar ainda precisam encarar os desafios com maior disposição em diferentes estruturas da organização.

## **2 APROXIMAÇÕES ENTRE BIBLIOTECA ESCOLAR E DIRETORES DA REDE PRIVADA DE ENSINO**

A informação e o conhecimento são fenômenos essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade, o que possibilita entender a biblioteca como um espaço no qual se encontra os mais variados suportes informacionais. Neste universo está incluso a Biblioteca Escolar privada, a qual deve oferecer serviços que preencham as necessidades informacionais da comunidade escolar, que vai desde atividades lúdicas, leituras, pesquisas e toda possível forma de busca da informação, quer seja presencial ou *online*, além de investimentos em profissionais qualificados que direcionem a comunidade ao nível de satisfação e avanços no processo de formação educativa.

A biblioteca é um diferencial na qualidade de uma escola, pois de acordo com Frago (2002, p. 124) ela

[...] tem funções fundamentais a desempenhar e que podem ser agrupadas em duas categorias – a educativa e a cultural. Na função educativa ela representa um reforço à ação do aluno e do professor [...]. Em sua função cultural, a biblioteca de

uma escola torna-se complemento da educação formal, ao oferecer múltiplas possibilidades de leitura e, com isso, levar os alunos a ampliar seus conhecimentos e suas ideias acerca do mundo.

Conhecer a realidade de uma Biblioteca Escolar pode ser aplicada a qualquer tipo, seja uma unidade pública ou privada, no âmbito estadual ou municipal. Para tanto, utilizamos o conceito apresentado pela IFLA por entendermos que as suas recomendações são estabelecidas e aceitas internacionalmente. De acordo com a IFLA (2016 p.19) essa instituição é um ambiente de aprendizagem físico e digital que atende ações referentes a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação, criatividade e competências ao serem desenvolvidas pelos estudantes no processo de entendimento da informação e do conhecimento. Essa concepção se estende também quando integra a biblioteca em uma sociedade atual inserida em um contexto de produção e disseminação do conhecimento baseado na utilização das tecnologias de comunicação e informação.

Para complementar a definição supracitada, destacamos Campello, (2012) ao afirmar que essa instituição é um laboratório que promove ideias em busca da construção de novos conhecimentos. Podemos acrescentar que é composta de um acervo diverso que contempla livros, objetos e utiliza de recursos informacionais eletrônicos e digitais. As informações devem ser disponibilizadas de forma que satisfaçam os usuários e despertem neles o interesse nas pesquisas e leituras promovendo uma consciência crítica.

É importante refletir sobre as bibliotecas, uma vez que são instrumentos de estudo que contempla e formação pedagógica e educativa. Para o bibliotecário Edmir Perrotti, professor da Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo, em entrevista concedida ao jornalista Márcio Ferrari, se a função do educador é apoiar os estudantes a processar as informações do acervo, então a biblioteca não pode restringir a sua função apenas a ajudar o professor com ações didático-pedagógicas. É pertinente extrapolar esse limite enfatizando também o eixo cultural com atividades que permitam a ligação da escola com o ambiente externo. (Perrotti, 2006). Essa afirmação merece atenção tendo em vista que a leitura é um exercício que requer aprendizado e interpretação promovendo uma análise crítica e, a partir daí, estimular o raciocínio e ser capaz de consolidar as condições intelectuais do leitor.

Quando se trata de buscar o conceito de biblioteca escolar a partir de instituições internacionais competentes como a IFLA/UNESCO, verificamos que nas diretrizes desse órgão, os objetivos da biblioteca escolar devem estar alinhados com os objetivos da escola, inserindo o processo de elaboração curricular, a literacia e a aprendizagem curricular. IFLA (2016). Desse modo, reconhecemos que devem ser desenvolvidas competências nos modelos desenvolvidos em relação a leitura e, sobretudo no processo de acesso e uso das fontes de informações.

De acordo com Pereira (2006, p. 7) “[...] ler é apreciar, inferir, antecipar, concluir, concordar, discordar, perceber as diferentes possibilidades de uma mesma leitura, é estabelecer relações entre diferentes experiências – inclusive de leitura. Por tudo isso, ler é, antes de tudo, um direito”, e na biblioteca escolar, é possível exercer esse direito. O médico e escritor Moacyr Scliar considera que a leitura “deveria ser vista em nosso país como uma questão de saúde pública”, pois ela oferece subsídios para desenvolver ideias e meios de evoluir e transformar o mundo fragmentado em que vivemos. (Brasil, 2007, p.10). Campello (2008, p. 9) indica que a leitura acompanhada a estratégias pedagógicas utilizando as experiências pessoais como uma das habilidades informacionais que podem ser oferecidas aos estudantes. Assim, desenvolver atividades culturais, acessar fontes de informações e realizar as lei-

turas necessárias para aprofundar o conhecimento são ações que tornam a biblioteca uma significativa ferramenta de auxílio ao cotidiano pedagógico e a formação de leitores.

Todavia, é importante que haja interesse e iniciativa com compromisso e responsabilidade inerente a todos que fazem parte da comunidade escolar. A escola e, conseqüentemente sua biblioteca constituem-se patrimônio de todos os que delas fazem parte direta ou indiretamente.

Dessa forma, é pertinente reconhecer que a biblioteca escolar da rede privada de ensino possibilita desenvolver habilidades informacionais a partir de todo um processo de ensino e aprendizagem constante, envolvendo todos os participantes do processo: biblioteca, direção, professor e aluno e os diferentes tipos de produtos e serviços oferecidos de forma inclusiva.

Uma unidade escolar privada pode ser de pequeno, médio ou grande porte. Essas modalidades podem alterar a percepção da gestão da escola em relação a implantação e manutenção dessa instituição. Nesse sentido, o diretor da escola exerce influência direta, na integração ou não de uma biblioteca, durante o processo educacional, desde que ele esteja comprometido com a instituição.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/96, informa que esse profissional tem a responsabilidade de gerenciar a escola a partir de ações que devem ser realizadas com base em critérios de qualidade, eficiência e eficácia. (Brasil, 1996).

No sentido de existir um parâmetro de atuação para diretores de escolas foi elaborado pelo Ministério da Educação do Brasil, especificamente o Conselho Nacional de Educação (CNE) o texto da Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar, já existente em outros países e facilitador no processo de implementação de políticas vinculadas a formação dos diretores. O texto apresenta uma matriz que contempla quatro dimensões: político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira e pessoal e relacional. O documento foi denominado Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar que se junta às normatizações da educação nacional. A Matriz parametriza diversos aspectos referentes as atribuições do diretor da escola tais como:

coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica, garantir o cumprimento do plano de trabalho de cada docente, articular a escola com as famílias e a comunidade, conduzindo-a a estabelecer ações destinadas à promoção da cultura de paz, tornando-a um ambiente seguro e pedagogicamente rico. Para tanto, respeitando e ajudando a elaborar as normas da gestão democrática da rede ou sistema de ensino no qual atue, deve garantir a participação dos profissionais da escola na elaboração do projeto político-pedagógico, bem como a participação das comunidades escolar e local no conselho escolar (Brasil, 2020).

Cabe destacar que a Matriz supracitada está voltada sobretudo para as escolas públicas tendo em vista que o estado tem autonomia e responsabilidade na gestão escolar. Porém esse parâmetro também pode ser aplicado a gestores de escolas privadas com alguns acréscimos específicos para cada unidade escolar. Ressaltamos a importância em manter um parâmetro a ser seguido devido as avaliações de qualidades como também pela manutenção e crescimento do sistema de ensino. Este, assume a função de uma empresa com perspectivas de inclusão, inovação e reformas curriculares de acordo com as novas práticas educacionais híbridas.

Para Boccia, Dabul e Lacerda (2014), o diretor de uma escola é, sobretudo um educador, é um líder que assegura a efetivação dos objetos e metas alcançadas para toda comunidade escolar e deve ser formado em Pedagogia. O referido profissional na rede pública

é admitido a partir do processo democrático, por eleição ou um cargo de confiança. Em relação ao diretor de escola privada pode ser o proprietário da escola ou contratado a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou outra forma de instrumento legal.

Em se tratando de legislações que tratam sobre a atuação dos diretores, identificamos no art. 64 da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, dispõe sobre

a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (Brasil, 1996).

Conforme a Classificação da Ocupação de Diretor (CBO) o diretor de instituição educacional da área privada, são trabalhadores assalariados que podem também atuar em escolas públicas, devem ter nível superior com mais de cinco anos de experiência profissional. Atende ao Código 1313-05 que corresponde a atribuição de:

Diretor de instituição educacional da área privada, Diretor adjunto de escolas privadas, Diretor de centro de educação infantil (creche e pré-escola) privado, Diretor de centro de formação profissional privado, Diretor de colégio privado, Diretor de escola privada, Diretor de escola religiosa privada, Diretor de estabelecimento de ensino fundamental privado, Diretor de estabelecimento de ensino médio privado, Diretor de estabelecimento de ensino superior privado, Diretor de internato privado, Diretor de unidade integrada de pré-escola privada, Subdiretor de ensino privado (Brasil, 2002).

O referido documento contempla algumas atividades dos diretores como: planejamento educacional e estratégico da instituição, coordenação de atividades pedagógicas, avaliação de atividades educacionais, interação com a comunidade externa, administração financeira e de outras funções na escola.

De acordo com Kitazawa e Constantino (2022), a Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC – Diretor escolar) aprovado em 2021 é outro referencial que pode ser adotado para identificar as competências do diretor de escolas baseado em documentos nacionais e internacionais de instituições como a UNESCO e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Bári (2023) acredita que no Brasil existe uma excelente produção de diretrizes legislações e políticas relacionadas a Biblioteca escolar, porém não é reconhecida como sendo efetivamente parte das discussões da comunidade escolar. Nesse sentido, a Lei nº 12.244/2010 de universalização das bibliotecas escolares deve ser prioridade de *Advocacy* da Biblioteconomia como pauta de reivindicação no contexto da educação nacional.

No segundo semestre de 2023 a lei 12. 224/2010 de universalização das bibliotecas nas instituições de ensino foi ampliada a partir de um aliado, o Projeto de Lei (PL) 5.656/2019 que cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) e amplia as funções desse espaço informacional quando compreende que deve atuar como equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo.

De acordo com o Art. 2º do PL a Biblioteca Escolar tem como objetivos:

- I – disponibilizar e democratizar a informação ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;
- II - promover as habilidades, as competências e as atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita;

III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem; IV - apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios. (Brasil, 2019).

Acreditamos que as recentes mudanças nas competências dos gestores de escolas públicas e privadas refletem as transformações ocorridas na sociedade que exigem novas habilidades. Em oito de abril de 2024, o projeto de lei foi transformado na lei 14.837 / 24. Para tanto, considera a biblioteca escolar “equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo”. (Brasil, 2024). Tem como objetivos:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, cujos objetivos são: I - disponibilizar e democratizar a informação ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes; II - promover as habilidades, as competências e as atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita; III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem; IV - apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios. (Brasil, 2024).

De acordo com Silva (2018) o trabalho dos diretores deve ser observado a partir de perspectivas como: utilização de tecnologias, busca de competitividade entre escolas a partir de indicadores de qualidade no ensino, conhecimento técnico qualificado, adoção de princípios éticos e de justiça, manter o respeito à diversidade de culturas entre outras funções. “Uma parte da gestão escolar é função do trabalho do diretor escolar e integra quatro dimensões: administrativa, financeira, tecnológica e pedagógica. Estas têm sido basilares na execução da política na Educação”. (Silva, 2018).

Corroborando, Agundu et al (2021, tradução nossa) entende que os diretores são fundamentais para estabelecer uma política de gestão com foco na manutenção de bibliotecas funcionais por meio de programas voltados para a aquisição de tecnologias da informação e para uma organização técnica distribuída nos diferentes materiais e assim garantir escolas bem-sucedidas com o alcance de suas metas.

Essas e outras competências reconfiguram as habilidades, competências e compromissos do diretor que aponta para a sua importância nos resultados satisfatórios de aprendizagem dos estudantes e na eficácia escolar. A atenção a esses profissionais se fundamenta em gerenciar a estrutura pedagógica, os recursos financeiros e humanos com qualidade. Devem manter estudantes matriculados ao manter bom relacionamento com as famílias, buscar a permanência da escola em posição de destaque no contexto competitivo e tornar a biblioteca um espaço físico inerente a produção e disseminação de conhecimento e priorizar a implementação de operações de aprendizagem garantindo a excelência da escola.

Desse modo, demonstramos nesse tópico que existe uma interação entre a atuação na gestão escolar e a promoção das bibliotecas a partir das competências do diretor de escola, sobretudo pública declaradas por normatizações nacionais e pela própria missão das bibliotecas no processo de ensino e aprendizagem, verificadas, sobretudo nas diretrizes de órgãos internacionais como a IFLA.

### 3 CAMINHO PERCORRIDO NA PESQUISA

A pesquisa em tela é exploratória e descritiva. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 51), a exploratória se dá quando “tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto” e para a descritiva, Vergara (2009, p. 42) entende que ela “expõe as características de determinada população ou determinado fenômeno”. Nos ancoramos na abordagem quanti-qualitativa por se tratar de abranger a análise estatística e a investigação contextual para compreender o tema.

Para a coleta dos dados foi necessário pesquisar em documentos oficiais da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, como também em legislações referentes a profissão de bibliotecários. Para complementar, realizamos um levantamento bibliográfico em livros, artigos de periódicos, consulta a fontes de informações *on line* a exemplo da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), ao Portal da FEBAB, além de periódicos como Biblioteca Escolar em Revista e eventos da área.

Conforme o cadastro oficial disponibilizado pela Gerência Regional de Escolas do Município de João Pessoa/PB, setor de estatística, subordinado a Inspeção Técnica de Ensino, buscamos informações referente às escolas localizadas em diferentes bairros da capital paraibana. No documento contemplam o nome da escola, o código, a localização, o telefone e o endereço completo.

Devido a grande quantidade de escolas, um total de 193 unidades, utilizamos um recorte constituído de dez escolas que foram identificadas por códigos em função do sigilo ético. Cabe destacar que também foi preservada a identidade dos diretores que atuam nas referidas instituições.

Para a escolha das escolas foram aplicados os seguintes critérios:

- a) Escolas consideradas as maiores em termo de estrutura física – esse critério corresponde a necessidade das pesquisadoras de coletar dados suficientes para as análises, tendo em vista que essas escolas privadas têm maior possibilidade de existir bibliotecas em relação às escolas de pequeno porte na estrutura física;
- b) Escolas que atendam simultaneamente o ensino fundamental e médio – critério escolhido pela abrangência de usuários;
- c) Localização nos bairros mais centrais da cidade de fácil acesso – esse critério está vinculado as escolhas das bibliotecas;
- d) Escolas com biblioteca e bibliotecário (a) - esse critério está vinculado as escolhas das bibliotecas.

A pesquisa teve como sujeitos, os diretores das escolas escolhidas, totalizando dez gestores, destes, oito responderam aos questionários. Como instrumentos de coleta de dados, optamos pelo questionário misto constituído de perguntas abertas e fechadas. De acordo com Gil (1999, p.128), esse instrumento de coleta, “tem por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” Os questionários foram encaminhados para o endereço das escolas com o direcionamento aos gestores.

### 4 ANÁLISE DOS DADOS

Analisamos os dados de acordo com as respostas dos Diretores das Escolas Investigadas e do contexto teórico apresentado no desenvolvimento da pesquisa.

Salientamos que todas as escolas pesquisadas existem bibliotecas e bibliotecários.



Para facilitar o entendimento do leitor em relação aos dados coletados foram evidenciados quadros e gráficos com a demonstração dos códigos, informações específicas e dados quantitativos.

Iniciamos com a apresentação dos códigos que correspondem as unidades pesquisadas e aos seus gestores.

Quadro 1 - Código de identificação dos respondentes

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONDENTES	
Escolas Privadas (Ep)	Diretores
Ep1	D1
Ep2	D2
Ep3	D3
Ep4	D4
Ep5	D5
Ep6	D6
Ep7	D7
Ep8	D8
Ep9	D9
Ep10	D10

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A partir das perguntas dos questionários, extraímos seis tópicos considerados relevantes para realizar inferências e analisar as respostas dos diretores com mais propriedade. Elaboramos um quadro que deverá ser seguido para as devidas análises.

Quadro 2 – Tópicos extraídos dos questionários

- Concepção de Escola e Educação
- Relação Escola X Biblioteca
- Conceito de Biblioteca
- Colaboração da biblioteca na Escola
- Investimentos Realizados na Biblioteca
- Conhecimento da Lei Federal nº 12.244/ 2010
- Política de incentivo ao Profissional Bibliotecários

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As respostas dos Diretores direcionam essa pesquisa acerca da relação Escola X Biblioteca X Gestor da Escola; sobre o conceito a estrutura física e informacional da biblioteca; o conhecimento da Lei 12.244/2010 da universalização das bibliotecas escolares que institui a obrigatoriedade da implantação de bibliotecas escolares; a política institucional em relação a biblioteca escolar e ao profissional bibliotecário e dos investimentos feitos na biblioteca.

Para tanto, temos como primeiro tópico a **concepção a respeito do que é Educação**. Do total de oito respondentes, dois (D2 e D6) não responderam à questão. A partir das respostas de (D1, D3, D4, D5, D7 e D8) foi possível elaborar uma compreensão sobre Educação. Nesse sentido a referida categoria abrange não apenas os conhecimentos acadêmicos, mas assume a função de um instrumento de transformação que é construído a partir do compartilhamento de informações e de todo um contexto inerente aos seres humanos como os usos e costumes, cultura, religião, hábitos e tradição que são transmitidos entre as gerações.

Complementando, verificamos que os respondentes também associam Educação e Cultura, D5 diz que a Educação é *a apreensão de informação que condiciona o homem viver*

em sociedade harmoniosamente e D1 trouxe a relação com os *costumes, a religião, hábitos, cultura, e tradição* como elementos inerentes a vida social.

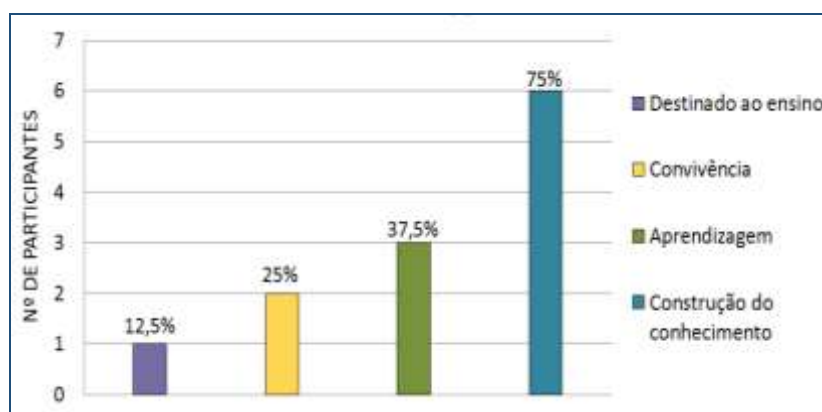
Diante dessa visão dos entrevistados buscamos o entendimento do estudioso em educação, Paro (2023, p. 34) quando afirma que a própria existência do ser humano está vinculada a uma construção social de sua própria história ao produzir

conhecimentos, técnicas, valores, comportamentos, atitudes, tudo enfim que configura o saber historicamente produzido. [...] é preciso que o saber esteja permanentemente sendo passado para as gerações subsequentes. Essa mediação é realizada pela educação, entendida como a apropriação do saber produzido historicamente. Disso decorre a centralidade da educação enquanto condição imprescindível da própria realização histórica do homem.

Ao ingressar em um ambiente escolar para assumir uma gestão escolar é exigido algumas qualidades do diretor, em especial uma visão multidisciplinar tendo em vista a sua construção em sociedade.

Para a **concepção Escola**, 75% concebem esse espaço propício para a construção do conhecimento. Enquanto 37% a consideram ambiente de aprendizagem. O gráfico 1 revela que mais de um respondente emitiu resposta igual ou semelhante.

Gráfico 1- Concepção de escola



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Entendemos que eles consideram a escola como um instrumento subordinado e colaborativo da educação, ou seja, uma agência capaz de captar e conduzir os indivíduos a *aprender a ser, a viver, a conviver e ser formadores de cidadãos capazes de participar das decisões que mudam o país*.

Ao serem questionados sobre a percepção da relação **Escola x Biblioteca**, os diretores têm a visão campo teórico ao afirmarem a existência de um vínculo de *complementação, ampliação, alicerce e aprofundamento do conhecimento; parceria, incentivo à leitura; espaço de pesquisa, leitura e reflexão; espaço de aprendizado como um laboratório de práticas integradas*.

Nas respostas uma parte assinalou que a biblioteca é um espaço voltado para o aluno, no entanto, de acordo com o Manifesto da IFLA (2002) ela é um instrumento indispensável à comunidade escolar. Compreendemos que faz parte os alunos, professores e funcionários, incluindo os pais e responsáveis. Evidenciamos a resposta de D5 ao considerar que *a escola deve "permitir que o aluno frequente a biblioteca e ela favoreça este encontro"*. En-

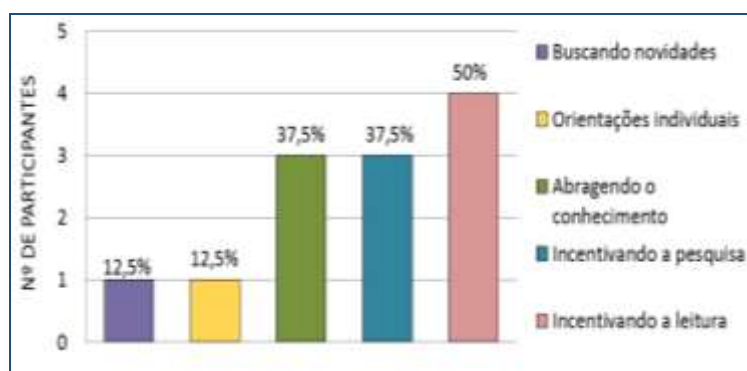
tendemos que deve haver atrativos e incentivos para os estudantes utilizarem essas unidades com frequência.

Para o **conceito de Biblioteca**, todos os Diretores responderam a questão e defendem que essa instituição é: D1: “*fonte de informação física ou virtual destinada a propagação do conhecimento*”; D2: “*Serviço com acervo para estudo, aperfeiçoamento de conhecimento, um estímulo a leitura e incentivo a cultura*”; D3: “*Um espaço privilegiado onde o aluno tem possibilidade de pesquisar, ler, entrar em contato através das obras com diversos autores e principalmente descobrir e intensificar o gosto pela leitura*”; D4: “*Espaço que guarda ou por onde circula o conhecimento e as informações que trabalhamos com os alunos*”; D5: “*Espaço físico destinado a consulta e apoio, ao processo ensino aprendizagem dos alunos*”; D6: “*ambiente que oferece condições para o desenvolvimento do nosso conhecimento e abrangência da nossa cultura*”; D7: “*Espaço para aquisição e aprofundamento do conhecimento*”; D8: “*Suporte básico, espaço destinado a construção do conhecimento*”.

Do ponto de vista do entendimento conceitual de **Biblioteca Escolar** apresentado pelos Diretores, estes se aproximam dos teóricos da área ao afirmarem que têm a função de propagar conhecimento independente do formato físico ou material com condições para o desenvolvimento do sujeito aprendente. Perrotti (2006) assegura que essa instituição deve funcionar como uma ponte entre o ambiente escolar e o mundo externo, ademais é um “pólo difusor de informações e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulado a educação e a fruição, dos mais diversificados bens artísticos.” Podemos compreender que é instrumento indispensável no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, um centro de informações e propagação do conhecimento.

Segundo Albernaz (2008) a biblioteca não substitui a sala de aula, há entre ambos os espaços uma relação de complementaridade e pode ser amplamente aproveitada essa união. Dessa forma, foi perguntado sobre a **Colaboração da biblioteca na Escola**. Conforme apresenta o Gráfico 9, todos os respondentes registraram suas impressões.

Gráfico 2 - Biblioteca colaboradora da Escola



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Ao serem indagados sobre a colaboração que a biblioteca escolar pode dar a escola, os respondentes ampliam sua própria concepção de biblioteca: D1: “*A biblioteca é fonte de saber e pode ser utilizada em todos os momentos, seja por professores, alunos ou quem necessitar de consulta do acervo, orientações individuais aos alunos, pesquisas presenciais ou on line, etc*”; D2: “*Projetos de leitura com fundamento. Rodada de leitura com os professores de textos dos sextos anos. Apoio ao projeto provocação cultural e sarau literário*”; D3: “*Em todos os momentos. Desde a educação infantil, propiciando projetos de incentivo a leitura*”.

*até o ensino médio possibilitando pesquisas, jogos por disciplinas e outros projetos que possibilitem maior interesse pelos periódicos, livros, revista, etc”; D4: “Firmando-se como um espaço de consulta, incentivando as atividades de leitura e garantindo-se como local de silêncio fundamental aos estudos diários dos alunos”. D5: “Em todos os momentos, sobretudo como parte integrante dos componentes curriculares”; D6: “Em todos os momentos que exigem a abrangência do conhecimento; D7: Ajudando a biblioteca tornar-se uma continuação do que é a sala de aula”; D8: “Sempre. Descobrimo novidades e incentivando a leitura”.*

As respostas coadunam com a concepção de biblioteca apresentada pelos diretores revelando que eles reconhecem que é um espaço dinâmico com atividades que integram os componentes curriculares e incentivam os estudantes na busca pelo conhecimento. Afinal, a biblioteca é “espaço de relações sociais, políticas e pedagógicas que concorrem para a produção e formação de leitores autônomos, críticos e criativos, além de competentes em informação”. (Pereira et al (2021, p. 27). Esse entendimento, corrobora com o que se pretende na literatura da área, porém de acordo com Pereira et al (2021, p. 22), essas características de biblioteca tornam-se efetivas quando “formuladores de políticas públicas para a educação, gestores escolares, professores e bibliotecários reconheçam e ressignifiquem formalmente o papel da biblioteca escolar como espaço de formação e mediação da leitura.”

A constatação das respostas, sugere que o compromisso do diretor para com a biblioteca deva viabilizar ações que gere um espaço efetivamente dinâmico, garantindo uma estrutura compatível com a missão assumida pela escola.

Com relação aos **Investimentos Realizados na Biblioteca**, os diretores mantiveram silêncio na resposta, exceto 01 (um) diretor que respondeu: *“Tentamos, na medida do possível, aumentar o acervo e investir na estrutura da mesma”.*

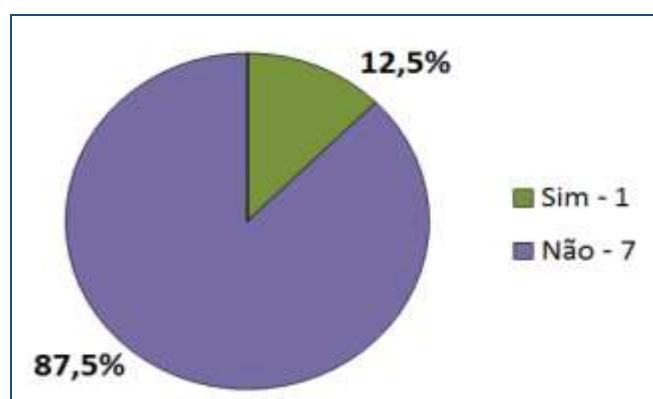
Podemos inferir que há desconhecimento por parte dos dirigentes quanto a exigência de Bibliotecas Escolares, ao gerir o espaço buscando instalar uma infraestrutura física eficiente e eficaz quando se trata de móveis, equipamentos e materiais informacionais. Verificamos em Perrotti (2006) que a biblioteca tem como princípio norteador um eixo educativo e cultural, ambos essenciais a sua existência e merece investimentos periódicos. Nesse mesmo caminho de pensamento, Campello (2006) ao referir-se aos parâmetros de bibliotecas, afirma que eles servem de referenciais úteis para balizar o aperfeiçoamento das bibliotecas escolares, ou seja, é um dispositivo informacional que deve adequar-se diante das necessidades e exigências da sociedade contemporânea. Recentemente foi aprovado em 2023 o Projeto de Lei nº 5656/2019 que atualiza a Lei 12.224, 2010. A referida lei considera que a Biblioteca Escolar deve ser implantada e implementada com base em critérios que definem parâmetros mínimos de funcionamento, como instalações físicas, acessibilidade e inclusão.

Para ampliar as reflexões destacamos a declaração de Conceição e Assis (2021, p.7) ao entender que a “ideia de convivência harmônica entre escola e biblioteca nem sempre é uma realidade atual, pois muitas vezes o gestor escolar tem outras preocupações e prioridades dentro da instituição”. As autoras complementam que informando nessa perspectiva, o espaço não é valorizado e assim sendo não consegue atender a sua finalidade dando suporte a toda comunidade escolar. A contribuição do gestor escolar para as bibliotecas passa por “incentivos financeiros, humanos e materiais”. (Conceição; Assis, 2021, p. 7).

Em relação ao conhecimento da **Lei 12.244** de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, apenas um diretor afirmou conhecer a existência desse dispositivo legal. Os resultados são desanimadores se considerarmos que os dirigentes das escolas investigadas apesar de reconhecerem a importância da biblioteca, não buscam as atualizações sobre a instituição.

Esse fato confirma a quantidade de diretores que responderam à questão sobre os investimentos realizados na biblioteca. É um dado preocupante tendo em vista que direciona para a falta de apoio em atividades que estejam vinculadas ao planejamento pedagógico e a importância do bibliotecário, profissional habilitado que pode influenciar significativamente no desempenho da qualidade da escola.

Gráfico 3 - Conhecimento da Lei Federal nº 12.244



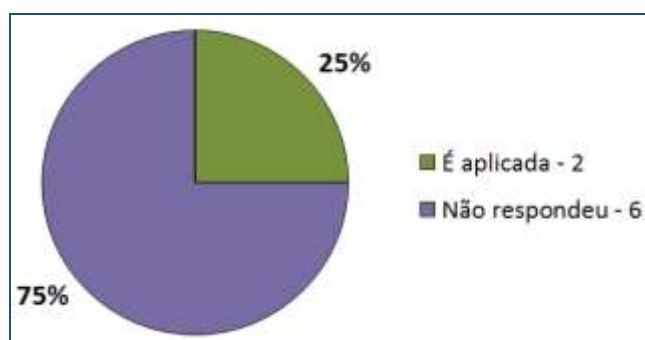
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Campelo *et al* (2011) destaca que essa lei já está em vigor desde 2010 e, determina que é obrigatório um acervo de no mínimo, um título para cada aluno matriculado. Além de recomendar que seja respeitada a profissão de bibliotecário. (Campello *et al.*, 2011, p. 107).

É pertinente apresentar a reflexão de Pereira *et al* (2021) quando entende que as discussões sobre biblioteca não é um tema recente no cenário nacional, no entanto, ainda carece de um envolvimento mais contundente nas políticas públicas. Segundo as autoras impacto das discussões “ainda não está refletido nos documentos norteadores da educação nacional, uma vez que poucos tratam da biblioteca escolar e, quando a mencionam, fazem sob a perspectiva custodial e/ou infraestrutural, conforme ocorre no art. 2º da Lei nº 12.244/10”.

Ainda com a finalidade de explorar a intenção dos Diretores em relação à Lei já mencionada, questionamos sobre a **possibilidade de efetivação da Lei 12.224/2010**. Nesse aspecto, os respondentes em sua maioria deixaram a questão em branco, conforme revela o Gráfico 4. Ao relacionarmos as respostas anteriores com esse resultado majoritário de não responder as questões, entendemos que houve coerência entre a falta de conhecimento acerca da Lei e o descompromisso na aplicabilidade da lei.

Gráfico 4 - Aplicabilidade da lei 12.224/2010



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para os diretores que afirmaram conhecer a Lei, eles também consideram que existe a possibilidade de sua efetivação inclusive diversas ações já estão sendo aplicadas como é o caso da atuação de bibliotecário para desenvolver as atividades. D1: “A Escola tem uma bibliotecária contratada a qual desempenha suas funções de acordo com a proposta da escola e suas competências”. D2: “Há pretensão da escola aumentar o acervo, visto que a biblioteca deve revelar a filosofia norteadora da escola como produção do conhecimento. Em minha escola ela [a Lei] está sendo aplicada, pois sei da importância desse espaço rico em possibilidade de aprendizagem para meus alunos”.

É perceptível que ainda existem gestores das escolas de ensino privado que não têm interesses sobre as ações nacionais realizadas pelas e para as Bibliotecas Escolares. Esse fato demonstra a necessidade de maior empenho para colocar a biblioteca em pauta nas diferentes ações da escola.

Ressaltamos o estudo de Pereira et al (2021), que identifica a necessidade de maior inserção da missão da biblioteca nas normativas educacionais, pois ao analisar a BNCC, constatou-se a inexistência de capítulo na BNCC que “fale especificamente das bibliotecas escolares e/ou o seu papel”. (Pereira et al., 2021, p. 14).

Nas 600 páginas do documento, o termo “biblioteca” aparece explicitamente somente em duas situações que remetem especificamente a práticas educativas. A primeira vez é citada na p.113 do documento, na seção de Língua Portuguesa, destinado ao ensino fundamental do 3º ao 5º ano. (Pereira et al., 2021, p. 14).

O autor supracitado considera ainda que essa menção compreende que os estudantes desenvolvem habilidades de seleção de livros da biblioteca e/ou cantinho da leitura ou ainda a sala de aula e outros meios que estejam disponíveis nas fontes de informações digitais. Assim, “A biblioteca escolar ainda não é compreendida como um instrumento de mediação do currículo oficial da escola e nem o bibliotecário como um educador partícipe da construção e efetivação desse currículo”. (Pereira et al., 2021, p. 15).

Ao buscar compreender sobre incentivos direcionados ao corpo de pessoal, indagamos se a escola utiliza **Políticas de incentivo para o Bibliotecário**. Para esta pergunta consideramos o embasamento do Projeto de Lei nº 5656/2019 aprovado em 2023 que atualiza a Lei 12.224/10. A maioria, correspondendo a 62,5% dos indagados não responderam essa pergunta, enquanto 37,5% dos respondentes afirmaram que existe uma política de incentivo.

Gráfico 5 - Política de incentivo



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Essa verificação foi exposta nas seguintes falas: D1: *“Os profissionais da escola são incentivados para cada vez mais aprimorar seu desempenho”*; Direcionamento também adotado por D2: ao registrar: *“A capacidade na política da instituição no que concerne a filosofia da educação, prática pedagógica, congressos e encontros de gestores”* e D3: *“Em termos de incentivo salarial e de respeito e valorização”*.

As respostas afirmam que os bibliotecários são incentivados para aprimorar o desempenho a partir de participação em eventos, possibilitando compensar alguns desníveis salariais e indicando a preocupação com a capacitação e valorização do trabalho.

A partir do contexto analisado, foi possível tirarmos nossas conclusões que serão apresentadas em tópico posterior.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na investigação apresentada, denominamos de Vozes do Comando, os Diretores das Escolas da Rede Privada da Cidade de João Pessoa/PB por serem responsáveis pela eficiência e eficácia do referido sistema de ensino e por conseguinte deram vozes aos nossos questionamentos norteadores da pesquisa. Nosso objetivo foi alcançado por termos conseguido retorno de um índice majoritário na quantidade dos sujeitos e permitir visibilizar situações pouco exploradas nessa temática.

Os Comandantes das escolas, revelaram a existência de respeito e conhecimento ao conceituar a categoria Biblioteca, coadunando com aspectos encontrados nos estudos teóricos de autores da área, admitem a ação colaborativa para o desenvolvimento dos componentes curriculares e compreendem que exista uma relação de extensão da biblioteca com a sala de aula. No entanto, desconhecem a Lei 12.244/2010 e o Projeto de Lei 5656/19, cujos dispositivos legais declaram a valorização da biblioteca e a definem como equipamento social, cultural, informacional e educacional. Há que considerar ainda a insuficiência de atenção aos recursos financeiros priorizando a real função da biblioteca, como por exemplo investimento para o acompanhamento informacional aos alunos de todos os níveis de ensino.

Recomendamos a aplicação de recursos periódicos em estrutura material, informacional e humana. Assim, possibilitar a efetivação de ações eficientes e eficazes que ofereçam produtos e serviços de qualidade. Por conseguinte, aumentar o nível da procura pela escola para o ingresso de estudantes, obter maior competitividade no mercado e um bom desempenho do diretor. Outra importante medida é o incentivo a toda equipe da Biblioteca na prática de habilidades e competências humanas, propiciando um ambiente favorável a oferta com qualidade de produtos e serviços.

Verificamos ao longo da história das Bibliotecas Escolares que existe a contratação de apenas um bibliotecário responsável para atender os usuários de todos os turnos e todas as categorias do ensino existente na escola, ou seja, os níveis básico, fundamental e médio. Esse é mais um desafio dos diretores para reescrever uma nova história. É pertinente que haja sensibilização quanto a compatibilidade no quantitativo de bibliotecário a demanda de estudantes matriculados.

Investigar a temática Biblioteca Escolar a partir da visão dos gestores de escolas privadas foi um desafio devido a limitação de fontes de informações que tragam esses comandantes para o centro das discussões. Adentramos em um universo profissional de empreendedores e comandantes de empresas, fato pode ter influenciado em algumas perguntas não respondidas.

Identificamos a partir da perspectiva do diretor, que a biblioteca precisa ser mais um instrumento que realmente seja visto como um diferencial para a qualidade no ensino. Deve ser incluída e visibilizada como equipamento essencial para contribuir com a competitividade no mercado das escolas privadas.

## REFERÊNCIAS

AGUNDU, Uche-Vita C. EKECHUKWU, Leona Eucharía. MBELEDE, Njideka Gertrude. OHIA, Nkiru Christiana. Perceived Role of School Principal and School-Based Management Committee in School Library Administration and Management: Implications for School Library Policy. **Library Philosophy and Practice (e-journal)**. 2021. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/6465>. Acesso em: 1 out. 2024

BOCCIA, Margarete Bertolo; DABUL, Marie Rose; LACERDA, Sandra da Costa (Orgs.). **Gestão escolar em destaque**. São Paulo: Paco Editorial. (Pedagogia de A a Z, v.5), 2014.

BÁRI, Valéria Aparecida. A Biblioteca escolar como pauta de reivindicação popular no Brasil. **R. Bibliomar**, São Luís, v. 22, n 1, p. 98-121, jan./jun. 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/Ediane/Downloads/20961-Texto%20do%20artigo-65865-1-10-20230627.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Matriz Nacional de Competências do Diretor Escolar**. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 08 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, Mec, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações –CBO**. 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 5.656, de 2019**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília: Senado Federal, 2019.

CAMPHELLO, Bernadete Santos. **Conhecimentos que sustentam a prática**. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

CAMPHELLO, Bernadete Santos. Parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras: fundamentos de sua elaboração. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.21, n.2, p. 105-120, maio/ago. 2011.



CAMPELLO, Bernadete Santos. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPELLO, Bernadete Santos. A escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: nova Série, São Paulo, v. 2, n. 2, p.63-77, dez. 2006. Disponível em:  
[www.google.com/search?q=competencia+informacional&oq=competencia+informacional&aqs=chrome..69i57j69i60j0l4.9025j0j8&sourceid=chrome&espv=210&es\\_sm=93&ie=UTF-8](http://www.google.com/search?q=competencia+informacional&oq=competencia+informacional&aqs=chrome..69i57j69i60j0l4.9025j0j8&sourceid=chrome&espv=210&es_sm=93&ie=UTF-8). Acesso em: 30 de jan. 2023.

CONCEIÇÃO, Rosa Cristina da Conceição; ASSIS, Liliane Rodrigues de. A contribuição do gestor escolar para a formação de alunos leitores: a hora do conto dentro da biblioteca. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 36, n. 2, jul./dez., 2021.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca na escola. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 124-131, 2002.

FREITAS, Bruno Cesar. Ambiente de Informação: desafios na implantação de bibliotecas escolares em escolas estaduais de ensino fundamental e médio de Ribeirão Preto. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25. Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em:<<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1239/1240>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Diretrizes para bibliotecas escolares**. Tradução de Neusa Dias de Macedo. IFLA, 2002.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Comitê Permanente da Secção de Bibliotecas Escolares da IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. 2. ed. rev. [s.n.]: Portugal, 2016. Disponível em:<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>Acesso em: 15 maio 2022.

KITAZAWA, Mario Minoru; CONSTANTINO, Paulo Roberto Prado. Perfil e competências dos diretores de escolas da educação profissional –um estudo exploratório sobre duas instituições no Estado de São Paulo **Dialogia**, [S. l.], n. 41, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/21577>. Acesso em: 27 dez. 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão, política, economia e ética na educação**. São Paulo: FEUSP, 2023. Disponível em:  
<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/994/909/3341?inline=1>. Acesso em 2 out. 2024.

PEREIRA, Andrea Kluge. **Biblioteca na escolar**. Brasília: MEC, 2006.

PEREIRA, G., et al. O lugar da biblioteca e do bibliotecário na base nacional comum curricular. **Brazilian Journal of Information Science: Research trends**, Marília, v. 15, publicação contínua, 2021, Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2021.v15>. Acesso em: 1 out. 2024.

PERROTTI, E. Biblioteca não é depósito de livros. **Revista Nova Escola**. São Paulo: Editora Abril, junho/julho 2006, p. 24-26.

PRODONOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Maria Abádia da. Atribuições, concepções e trabalho do diretor escolar após 2007. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 18, n. 56, p. 253-278, jan./mar. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.